

Representatividade negra na literatura infantojuvenil: uma análise do acervo da Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vila Velha-ES

Black representation in children's and young adult literature: an analysis of the collection of the School Library Network of the Municipality of Vila Velha-ES

Rodrigo Santos Oliveira¹

Eliana Terra Barbosa²

Flavia Costa Lima Dubberstein³

RESUMO

Tem-se como objetivo analisar a representatividade positiva e a diversidade de temáticas focadas na educação para as relações étnico-raciais no acervo de obras infantojuvenis. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, utilizando como ambiente a Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vila Velha-ES. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicam que os personagens brancos eram protagonistas em detrimento dos personagens negros. A literatura configura-se como uma ferramenta fundamental para a desconstrução de estereótipos racistas e para a construção positiva da “identidade negra”. A Biblioteca Escolar é o espaço que ampara os caminhos para a equidade racial. À vista disso, as políticas públicas são veículos que dão suporte para a aplicabilidade e emprego da literatura nas bibliotecas escolares. Conclui-se que a rede mencionada possui quantitativo reduzido de obras relacionadas à representatividade, mas com contribuições significativas.

Palavras-chave: biblioteca escolar; políticas públicas; representatividade negra; relações étnico-raciais.

ABSTRACT

The objective is to analyze the representativeness and diversity of Afro-descendant themes in the collection of children's and young adult literature. To this end, a qualitative and quantitative study was conducted, with an exploratory and descriptive approach, using the School Library Network of the Municipality of Vila Velha-ES as the research setting. The data were analyzed using content analysis techniques. The results indicate that white characters were protagonists to the detriment of Black characters. Literature is a fundamental tool for deconstructing racist stereotypes and positively constructing “black identity”. The School Library is the space that supports the paths toward racial equity. In this regard, public policies serve as vehicles that support the implementation and application of literature in school libraries. It is concluded that the aforementioned network has a limited number of works related to representativeness, but with significant contributions.

Keywords: school library; public policies; black representation; ethnic-racial relations.

¹ Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6348-9192>. E-mail: oliveira_rodrigo@outlook.pt.

² Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6009-1301>. E-mail: eliana.t.barbosa@ufes.br.

³ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2144-7894>. E-mail: flaviaclima22@gmail.com.



Submetido em: 18 jul. 2025

Aceito em: 14 out. 2025

1 INTRODUÇÃO

A literatura infantojuvenil é uma das principais ferramentas para a formação e desenvolvimento intelectual das crianças. As histórias descritas nos livros propiciam que as crianças construam sua visão de mundo, desenvolvam empatia, compreendam a diversidade e ainda a formação de sua identidade cultural. Conforme aponta Klein (2018), “É através da leitura que as crianças descobrem o mundo, em grupos ou sozinhas, fazem descobertas, trocam experiências, expõem suas emoções, pois ela é fundamental para novas informações”. Dessa forma, as práticas de leitura devem refletir a realidade e buscar a representatividade da população, sobretudo no Brasil, conforme aponta o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2023) cerca de 55,5% da população brasileira é majoritariamente preta/parda.

A representatividade na literatura infantojuvenil de obras que retratem protagonistas afrodescendentes, possibilitam narrativas literárias, fortalecendo a autoestima e sentimento de pertencimento de crianças negras. Adichie (2019), alerta sobre o perigo de contar uma história sobre uma única perspectiva, pois ela limita, esteriotipa e invisibiliza. A construção de acervos representativos, com a somativa da prática leitora, são a ponte para construção da identidade negra das crianças, e além disso, cria a quebra de paradigmas de crianças não negras, ampliando sua consciência crítica. Hall (1997, p. 26), diz que a criação de identidade:

[...] poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferen-tes identificações ou posições que adotamos e procuramos "viver", como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Ou seja, a propagação da cultura negra vai permitir a construção de identidade. Nessa perspectiva, reforçando o identitário negro, Munanga (2019, p. 37) diz:

Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano “normal”.

Sendo assim, para que a inclusão racial ocorra, faz-se necessário que a sociedade compreenda os paradigmas da inclusão, promovendo a diversidade. Neste âmbito, temos como marco legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional



(LDB, Lei 9.394/1996), que estabelece como princípio a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", incluindo o respeito à diversidade étnico-racial. Este compromisso é reforçado pela Lei 10.639 de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, dentro das escolas de ensino fundamental e médio (Brasil, 2003).

A Biblioteconomia, sendo uma das ciências voltadas para o campo literário, tendo enfoque na mediação da informação, tem papel fundamental nesse processo de inclusão. Conforme aponta Campello (2003), as Bibliotecas Escolares (BEs) possuem papel educativo, e corroborando com a afirmação, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA em inglês), em suas diretrizes para BE, destaca que essas instituições devem ser espaços destinados “[...] a equidade de acesso, liberdade de informação e privacidade, direitos autorais e de propriedade intelectual e direito das crianças ao conhecimento” (2016, p.12), o que inclui a seleção crítica de obras que valorizem o protagonismo negro.

À luz dos conceitos supracitados, este estudo centra-se no acervo da Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vila Velha-ES, sobre o problema de pesquisa: Em qual dimensão o acervo infantojuvenil da Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vila Velha-ES, reflete a representatividade afrodescendente?

Diante disso, pretende como objetivo central analisar representatividade e diversidade de temáticas afrodescendentes no acervo de obras infantojuvenis, e como objetivos específicos: a) Examinar literatura científica sobre a representatividade afrodescendente na literatura infantojuvenil; b) Investigar a relevância das políticas públicas e das diretrizes para inclusão da literatura afrodescendente em bibliotecas escolares; e c) Identificar e mapear as obras infantojuvenis com temática afrodescendente no acervo da Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vila Velha-ES. A realização deste estudo se justifica por ser uma iniciativa que, além de contribuir para a formação de um acervo infantojuvenil mais inclusivo e representativo, busca evidenciar a importância da literatura afrodescendente no desenvolvimento da identidade das crianças e adolescentes.

2 A REPRESENTAÇÃO NEGRA NA LITERATURA INFANTOJUVENIL

A literatura infantojuvenil dentre os gêneros literários tem por influência a tradição oral popular, e surge em meados do século XVII. Antes disso, a literatura e a sociedade não faziam distinção entre crianças e adultos, começa-se então a partir

desse período um pensamento que as crianças possuíam características formativas próprias e no campo editorial inicia-se a criação de livros voltados para crianças. As histórias tinham uma conotação moralista, como os contos escritos por Charles Perrault e Os Irmãos Grimm (Cinderela, Gata Borralheira, Chapeuzinho Vermelho etc.). Contudo, sabemos que essas histórias foram sempre contadas de uma narrativa europeia que não abraça a diversidade, sobretudo a diversidade afro-brasileira (David, 2016; Jovino, 2006).

No Brasil, a inserção da literatura infantojuvenil tem início por volta do século XIX, onde poucas histórias foram traduzidas ou criadas para a população infantojuvenil, contudo, teve sua consolidação tardiamente no final do século XX (Lajolo; Zilberman, 2007). Esse crescente olhar pela formação e criação de uma literatura para as crianças, vem de um movimento europeu, ligado diretamente ao capitalismo, onde a burguesia busca aplicar nos seus filhos uma educação formal, criando um mercado para o livro dito “infantojuvenil”, sobretudo livros de caráter pedagógico, que de acordo com Amarilha (2000, p. 128), “[...] a burguesia emergente foi levada a criar escolas urbanas, não monásticas para que seus filhos dominassem os rudimentos da leitura, da escrita e da aritmética”.

Dentro desta perspectiva, o mercado editorial brasileiro põe em comércio várias obras literárias europeias traduzidas, que foram direcionadas para as escolas brasileiras, grande parte ligada aos conceitos pedagógicos. Porém, os profissionais da educação sentiram a necessidade da abordagem do nacionalismo brasileiro, que mais tarde foi incorporado aos livros (Figueiredo, 2010; Lajolo, Zilberman, 2007). Conforme aponta Coelho (1991, p. 223):

A literatura infantil praticamente não existia entre nós. Antes de Monteiro Lobato havia tão-somente o conto com fundo folclórico. Nossos escritores extraíam dos vetustos fabulários o tema e a moralidade das engenhosas narrativas que deslumbraram e enterneceram as crianças das antigas gerações, desprezando, freqüentemente, as lendas e tradições aparecidas aqui, para apanharem nas tradições européias o assunto de suas historietas.

A partir dessa necessidade de nacionalismo nas obras infantis brasileiras, a inserção de personagens negras foi acrescida, mas na construção do gênero literário infantojuvenil no Brasil, os conteúdos e os personagens dos livros, representava sobretudo a população branca, em detrimento dos poucos personagens negros que apareciam nessas histórias. Conforme aponta Gouvêa (2005), Jovino (2006) e Figueiredo (2010), neste período o negro era um personagem quase ausente, nas histórias que eram introduzidos, suas funções estavam ligadas com cenas

domésticas, não possuíam uma caracterização que além da sua racialidade, e ainda detinham características animais. Gouvêa (2005, p. 88), ilustra sobre a caracterização dos personagens negros:

[...] enquanto o branco tinha “cabeça”, o negro “carapinha, ou carapinha dura”, o branco tinha “cabelo” e o negro “pixaim”, o branco possuía “lábios” e o negro “beijo”, “é beijado, tem gengivada vermelha”. O branco tinha “nariz” e o negro “ventas”. O branco tinha “pele” e o negro era “lustroso”. Da mesma forma, a branca “se sentava” a negra “se escarrapachava”.

Os tons pejorativos eram intensivos, reforçando o racismo empregado à população negra. Para além dos tons pejorativos, ainda havia a construção de narrativas onde o negro era tratado como ignorante e sem relevância. Monteiro Lobato (1995, p. 24) em sua obra *Histórias de Tia Nastácia*, a personagem Emília diz:

[...] só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras — coisa mesmo de negra beijada, como tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto...

Vale lembrar que em início do século XX, o Brasil passava pelo crescimento do movimento de eugenia, trata-se de um movimento científico (autointitulado), que em seus ideais estão a busca pela “melhoria da raça humana”, aplicando um melhor modelo de “reprodução”, identificando os melhores genes (Stepan, 2005), onde estavam ligados a supremacia branca, pois justamente os genes que eram intitulados melhores e deveriam prevalecer, seria o gene do branco europeu. Isso pode identificar na sociedade pós-colonial, um dos motivos de permanência do racismo e a tradução dos conteúdos pejorativos descritos nos livros.

O movimento negro foi o responsável por iniciar as lutas para a quebra desses paradigmas, lutando contra o racismo e ganhando causas em prol da população negra (Domingues, 2007). Uma das maiores conquistas, foi a promulgação da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, de modo que abra precedentes para contar a história e protagonismo negro pelas lentes corretas e não somente pelo olhar do colonizador.

Castilho (2004) e Jovino (2006), informam que alguns autores e textos contemporâneos, incorporam as relações étnico-raciais, buscando colocar o negro enquanto protagonista, sem o uso de ações discriminatórias. Consoante, Araújo (2010, p.14) informa que pesquisas “[...] tem-se voltado para a análise de conteúdo de livros didáticos e de literatura, [...] e representações preconceituosas acerca da população (ou personagens) negras brasileiras”, mesmo que essas pesquisas ainda ocorram de forma morosa.

Em virtude de tais concepções, a literatura se faz mecanismo fundamental para o combate aos estereótipos relacionados à população negra, e ainda provê o fortalecimento de combate ao racismo, possibilitando a construção de identidade nas crianças e adolescentes (Klein, 2018; Munanga, 2019). Entretanto, no que tange os processos de invisibilidade da população negra na literatura infantojuvenil e nos livros didáticos ainda constitui um dos principais entraves para a construção positiva da identidade e da autoestima de crianças negras.

A ausência de personagens, narrativas e autores que representem essa numerosa população de forma digna e que de fato seja representativa, contribui para a manutenção de estereótipos, silenciamentos e desigualdades simbólicas no processo educativo. Como destaca Gomes, N. L. (2016), essa realidade se agrava diante da limitada interlocução da área de Biblioteconomia com as questões sociais, em especial com os debates sobre diversidade étnico-racial e cultural.

Tal distanciamento, desse modo, deixa de dialogar com as Diretrizes para a Biblioteca Escolar elaboradas pela IFLA (2015) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO em inglês), que defendem a constituição de bibliotecas escolares como espaços promotores de inclusão, equidade e acesso igualitário ao conhecimento. O documento orienta que a composição do acervo esteja em consonância e alinhada aos currículos escolares bem como sobretudo, valorizando as identidades nacionais, étnicas e culturais dos sujeitos que integram a comunidade escolar, reconhecendo as múltiplas formas de ser, saber e viver que compõem a sociedade.

Assim, compreendemos que a BE deve estar para além de seu papel tradicional de apoio pedagógico, se constituindo como um espaço estratégico de formação cidadã, capaz de colaborar com processos de emancipação, reconhecimento e pertencimento, especialmente para estudantes historicamente excluídos das narrativas hegemônicas. Garantir a representatividade negra nas coleções infantojuvenis e fomentar práticas leitoras comprometidas com a equidade racial são ações fundamentais para uma educação verdadeiramente antirracista.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACERVOS ÉTNICO-RACIAIS

Quando falamos de BEs imaginamos a gama de usuários que esses espaços atendem, comportando suas complexidades individuais, e uma vasta diversidade de público, com raça, cor, escalas sociais em diferentes camadas. Mas cabe o

questionamento, ao que de fato a diversidade nesses ambientes se refere. Moehlecke (2009, p. 463) informa que “A expressão ‘diversidade’, ao mesmo tempo em que pode indicar a percepção quase que óbvia da própria variedade humana, física, social e ambiental existente em nossa sociedade, traz em si um conjunto múltiplo e complexo de significados.”

A autora ainda afirma, que o termo é empregado para a adjetivar a heterogeneidade de culturas, as ditas “minorias”.

Nesse prisma, a inclusão étnico-racial está presente nas esferas apresentadas, ainda que por discordâncias estruturais, conforme apontam dados do IBGE (2023), 55,5% da população brasileira autodeclara-se preta ou parda, superando em números a população branca (43,5%), o que Lélia Gonzalez (2020) caracteriza de “maioria minorizada”. Munanga (1999) já alertava sobre a falácia da minoria racial no Brasil, mas que ocorre como veículo de subalternização.

Todavia, o processo histórico de escravização e cerceamento de cidadania dessa população, mesmo após a libertação, fizeram que a população negra se mantivesse à margem social, visto como inferiores e não merecedores de educação (Cunha Júnior, 2011). Percebemos então uma dívida social, visto que houve um processo de apagamento histórico, acreditava-se que a África e seus descendentes não possuíam nenhuma contribuição intelectual, até mesmo o filósofo Hegel (1770-1831), afirmou que a África “[...] não faz parte da história mundial, não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar” (Hegel, 2008, p. 88).

A biblioteca escolar, sobretudo a gestão bibliotecária, possui uma responsabilidade social em evidência, de como que seus acervos devem englobar a diversidade de forma sólida e abrangente. Diante disso, Gomes, E. (2016, p. 747) afirma que:

A (o) Bibliotecária (o) não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão do processo de discriminação racial brasileiro que desqualifica a participação da população negra na construção social.

Desse modo, a neutralidade do bibliotecário escolar deve ser posta de lado, onde o profissional deve assumir uma postura contrária. Sua postura enquanto desenvolvedor de coleções e ainda com o encargo de mediador da informação, precisa ter em mente a importância das bibliotecas escolares como suporte significativo no desenvolvimento educacional. A aplicabilidade das relações étnico-

raciais nos serviços e produtos da BE propiciam a diminuição das desigualdades raciais.

Não obstante, os bibliotecários atuantes nas bibliotecas escolares precisam ter em mente que a aplicabilidade desses conceitos vai além da ideologia, devem ter “munição” para a comprovação das tarefas e documentos norteadores para o trabalho das relações étnico-raciais em suas bibliotecas. Possuímos dentro das políticas públicas algumas ferramentas para esse fim, em primeiro temos a Lei 10.639/2003, estabelecendo diretrizes na educação nacional, incluindo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo escolar:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

É perceptível que o texto descrito na lei, deixa claro como serão abordadas as relações da temática afro-brasileira dentro do currículo escolar, sendo um marco importante para o fortalecimento da cultura e o distanciamento das práticas racistas no meio educacional. A lei mesmo que tardia, perante a idade que o Brasil possui, vem demonstrar a grande necessidade de conhecer a ancestralidade dos povos de origem africana, e iniciar um processo de “letramento negro”.

Subsequente a Lei 10.639/2003, temos o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), destinado à seleção, distribuição de livros didáticos e também obras literárias de forma gratuita em todas as instituições públicas do país. O programa prevê uma série de objetivos, contudo vale destacar os aprimoramentos nos processos de ensino, democratização do acesso às fontes de informação e cultura e fomento de leitura. É partindo dessa ótica que o PNLD pode ser um grande aparelho para a inserção da literatura afrodescendente nas bibliotecas.

Outras duas ferramentas que estão interligadas são: Diretrizes da IFLA e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) (2015), em particular os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (educação e qualidade) e 10 (redução das desigualdades). Ambas as iniciativas oferecem arcabouço para a promoção da diversidade étnico-

racial nos ambientes das BEs, reconhecendo o papel de agentes de transformação social que as bibliotecas possuem, orientando práticas biblioteconômicas que incentivam a representatividade. Logo, esses documentos contribuem para o fortalecimento de uma educação antirracista e plural, alinhada aos princípios da equidade e da justiça social, incluindo práticas pedagógicas e a inserção de representatividade nos acervos.

Percebemos como essas ferramentas são poderosas e são suporte ao trabalho bibliotecário, pois como indica Mukherjee (1985, p. 21) a biblioteca “[...] é, talvez, a única instituição social que oferece condições para a participação integral e máxima dos indivíduos, de modo que, estes tenham condições de usufruir das melhores tradições da democracia”. Assim, a BE consolida-se como ponto estratégico da construção de uma sociedade equitativa, transcende o papel tradicional, tornando-se um agente ativo na formação cidadã, crítica e inclusiva dos sujeitos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação assume um delineamento exploratório e descritivo, com a finalidade de desenvolver, aprofundar e reformular conceitos e construções teóricas, de modo a proporcionar uma compreensão abrangente acerca de uma temática específica (Gil, 2022), valendo-se de uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa.

Para o alcance do objetivo central da pesquisa: analisar a representatividade e diversidade de temáticas afrodescendentes no acervo de obras infantojuvenis da rede de bibliotecas escolares de Vila Velha-ES, tem-se os seguintes dados: Segundo o *site* da Prefeitura Municipal de Vila Velha (2025), no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, a responsabilidade pela oferta da educação infantil, do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) recai sobre a administração municipal, que mantém um total de 116 escolas, sendo: 47 Unidades de Educação Infantil (UMEIs); 67 Unidades de Educação Fundamental (UMEFs) e 02 Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental (UMEIEFs). Com 6.822 mil profissionais da Educação (magistério e administrativo) ativos, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) atende cerca de 56.200 estudantes. Essas instituições têm como missão precípua garantir a universalização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

No que se refere às UMEFs, estas dispõem de bibliotecas escolares geridas por 46 (quarenta e seis) profissionais bibliotecários e, em determinados casos, contam

com o apoio de auxiliares de biblioteca, professores readaptados funcionalmente, que integram as respectivas equipes. Desde o ano de 2013, a SEMED mantém um setor específico para a coordenação das bibliotecas escolares, sob a supervisão de um bibliotecário responsável.

Para a coleta de dados, utilizou-se de três etapas. A primeira foi empregada a pesquisa bibliográfica, com consulta a bases de dados especializadas e repositórios institucionais pertinentes às áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Educação, destacando-se, entre eles: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciELO e *Google Scholar*. Utilizando palavras-chave como: relações étnico-raciais; representatividade negra; biblioteca escolar; biblioteconomia negra; literatura infantojuvenil; literatura negra; literatura afro-brasileira; identidade negra.

Já a segunda etapa foi a pesquisa no Terminal *Web* de consultas da rede de bibliotecas (<https://bibliotecaescolar.vilavelha.es.gov.br/TerminalWeb>), para alcance do objetivo específico: Identificar e mapear as obras infantojuvenis com temática afrodescendente no acervo da Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vila Velha-ES. E a última etapa foi analisar as políticas públicas e as diretrizes para inclusão da literatura afrodescendente na rede mencionada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O acervo bibliográfico da rede de bibliotecas escolares de Vila Velha-ES é composto por um total de 27.760 títulos (até a data da pesquisa), com 238.927 exemplares, todos catalogados no *software* Philos. Desse total, 60% dos títulos são relacionados à literatura; os outros 40% estão distribuídos entre os variados assuntos. Para compreensão do escopo temático do acervo, foram elencados os principais assuntos, usando os dados de maior volume quantitativo, por meio de estatísticas descritivas automáticas geradas pelo *software* Philos. Esses dados estão dispostos na Tabela 1, classificados em ordem decrescente.

A classificação indicativa dos materiais bibliográficos atinge principalmente a faixa etária de 6 a 15 anos, compondo o ensino fundamental dos anos iniciais e finais, do 1º ao 9º anos. Os demais compreendem o público adulto, a EJA e a comunidade escolar em geral.

Diante do objetivo de mapear as obras infantojuvenis com temática afrodescendente no referido acervo, foi necessária a busca por parâmetros que

permitissem a avaliação, criando meios de dimensionar a quantidade desses materiais voltados para a temática que tangencie a representatividade das pessoas negras versus a quantidade total do acervo, e assim realizar proporção entre os dois.

Tabela 1 — Principais temas do acervo

Ordem	Assunto	Ordem	Assunto	Ordem	Assunto
1º	Literatura Infantil	8º	Ciência da Informação e Biblioteca	15º	Economia
2º	Literatura Juvenil	9º	Ciências Aplicadas	16º	Educação
3º	Administração	10º	Ciências Médicas	17º	Educação Sexual
4º	Arquitetura	11º	Ciências Naturais	18º	Enciclopédias Gerais
5º	Artes	12º	Dicionários	19º	Engenharia
6º	Autoajuda	13º	Direito	20º	Esporte
7º	Biografia	14º	Ecologia	21º	Ética
Ordem	Assunto	Ordem	Assunto	Ordem	Assunto
22º	Filosofia	31º	Informática	40º	Mulheres (Feminismo)
23º	Folclore	32º	Jogo	41º	Música
24º	Fotografia	33º	Línguas	42º	Política
25º	Geografia Espírito Santo	34º	Literatura Estrangeira	43º	Psicologia
26º	Geografia (Viagens)	35º	Literatura Brasileira	44º	Religiões Cristãs
27º	Gramática da Língua Portuguesa	36º	Marketing	45º	Religiões Não-Cristãs
28º	História do Brasil	37º	Matemática	46º	Saúde
29º	História do Espírito Santo	38º	Medicina	47º	Serviço Social
30º	História Geral	39º	Metodologia de Pesquisa	48º	Sociologia (Cultura)

Fonte: elaboração própria (2025)

A classificação indicativa dos materiais bibliográficos atinge principalmente a faixa etária de 6 a 15 anos, compondo o ensino fundamental dos anos iniciais e finais, do 1º ao 9º anos. Os demais compreendem o público adulto, a EJA e a comunidade escolar em geral.

Diante do objetivo de mapear as obras infantojuvenis com temática afrodescendente no referido acervo, foi necessária a busca por parâmetros que permitissem a avaliação, criando meios de dimensionar a quantidade desses materiais voltados para a temática que tangencie a representatividade das pessoas negras versus a quantidade total do acervo, e assim realizar proporção entre os dois.

Sendo assim, foi realizada pesquisa exploratória para verificar a existência de algum documento norteador. Apesar dos esforços investigativos, não foi localizada na

literatura especializada nenhuma normativa, documento técnico ou diretriz que pudesse ser utilizada como parâmetro. No entanto, no curso do processo de revisão, identificou-se um trabalho de conclusão de curso (TCC) elaborado por Oliveira e Zandoni (2025) que, embora não possa ser considerado um documento normativo, propõe um conjunto de termos (palavras-chave) pertinentes ao universo desta pesquisa. Dadas as circunstâncias, optou-se por adaptar e empregar essa terminologia na construção da estratégia de busca. Dessa forma, as 93 palavras-chave foram organizadas no Terminal *Web* de consulta, utilizando o filtro de busca assunto entre os dias 14/09/2025 a 17/09/2025, conforme Tabela 2.

Ao final da busca, foram localizados 1.847 títulos, representando cerca de 6,65% do acervo total. Observa-se que esse quantitativo de registros encontrados ainda é bem tímido, considerando um universo de mais de 20.000 títulos cadastrados no sistema Philos. Entende-se que o acervo literário de uma biblioteca escolar deve ser construído de forma plural, pautado por princípios antirracistas que promovem a equidade e valorizam a diversidade étnico-racial para os estudantes desde bem pequenos, garantindo o direito a uma educação escolar representativa, decolonial e com acesso ao letramento racial ainda na infância.

Quanto às políticas públicas e às diretrizes para a inclusão da literatura afrodescendente e indígena no contexto das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Vila Velha, destaca-se a atuação da Coordenação de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas (CEAFRI-VV). Institucionalizada pela Secretaria Municipal de Educação por meio da Portaria nº 58/2017¹ (Vila Velha, 2017), essa coordenação tem desenvolvido ações sistemáticas de orientação pedagógica para as Unidades de Ensino da rede, com o objetivo de incentivar o uso de literaturas que sejam representativas para os estudantes, valorizando protagonismos africanos, afro-brasileiros e indígenas como parte integrante do currículo escolar.

Tabela 2 — Buscas no Terminal *Web* da Rede de Bibliotecas

(Continua)

Termos de Busca	Quantidade Recuperada	Termos de Busca	Quantidade Recuperada	Termos de Busca	Quantidade Recuperada
Abolição da escravidão	5	Cotas raciais	1	Libertação dos escravos	3

¹ Portaria a ser consultada no Diário Oficial do Município de Vila Velha, por meio do acesso: <https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/SEMED%20DOCS/Portaria%2058-2017%20-%20Criacao%20do%20CEAFRI.pdf>.



(Continua)

Termos de Busca	Quantidade Recuperada	Termos de Busca	Quantidade Recuperada	Termos de Busca	Quantidade Recuperada
Aculturação	0	Cultura negra	7	Literatura africana	285
África	374	Decolonialidade	0	Literatura afro-brasileira	201
Africano	33	Democracia racial	2	Marginalização	2
Afro-brasileiro	9	Desigualdade social	51	Meritocracia	1
Afroconveniência	0	Deuses africanos	4	Mestiçagem	3
Afrodescendente	11	Diáspora negra	0	Miscigenação	5
Alforria	0	Discriminação racial	22	Movimento negro	9
Ancestralidade	0	Diversidade de raças	1	Movimento negro brasileiro	0
Antirracista	0	Diversidade étnica	1	Navio negreiro	18
Apartheid	1	Epistemicídio	0	Necropolítica	0
Apropriação cultural	0	Escravistas	0	Negritude	9
Aquilombamento	0	Escravizados	0	Negro	363
Ascensão social	0	Escravos	81	Orixás	8
Autodeclaração	0	Estereótipo	0	Pós-colonial	0
Axé	0	Étnico-cultural	0	Quilombo	89
Batuque	0	Étnico-racial	15	Raça	11
Black Power (poder preto)	0	Eugenia	0	Racialização	0
Branquitude	0	Feminismo negro	0	Racismo	47
Caboclo	0	Genocídio negro	0	Religião de matriz africana	3
Cafuzo	0	Hegemonia	4	Representatividade	4
Candomblé	0	Hip Hop	1	Resistência	56
Carta de liberdade	0	Homens livres	0	Senzala	7
Castigo de escravos	0	Identidade cultural	19	Sócio-cultural	2
Coletividades negras	0	Igualdade racial	8	Sub-urbano	0
Colonialidade	0	Interseccionalidade	0	Terreiro	8
Colonizadores	0	Intolerância racial	1	Trabalho escravo	15

(Conclusão)					
Termos de Busca	Quantidade Recuperada	Termos de Busca	Quantidade Recuperada	Termos de Busca	Quantidade Recuperada
Colorismo	0	Intolerância religiosa	2	Trabalho forçado	0
Comunidades negras	0	Lei 10.639/2003	0	Umbanda	4
Congo	7	Lei áurea de 1888	1	Xenofobia	2
Consciência negra	10	Letramento racial	1	Zumbi dos palmares	22

Fonte: elaborado pelos autores e adaptado de Oliveira e Zanoni (2025).

Entre as ações promovidas pela CEAfri-VV, destaca-se o envio, em novembro de 2024, de um material digital orientativo às unidades escolares, contendo cerca de 45 sugestões de obras literárias voltadas para a infância e juventude. Essas obras apresentam personagens, narrativas e autorias que evidenciam a diversidade étnico-racial brasileira e reafirmam as identidades negras e indígenas. O material tem contribuído para ampliar o repertório disponível nas escolas e possibilitar práticas pedagógicas mais alinhadas às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008.

Esse movimento tem sido desenvolvido de forma articulada com a Coordenação de Bibliotecas da rede municipal, especialmente no que se refere à promoção de diálogos formativos voltados ao letramento racial dos profissionais bibliotecários. Ao reconhecer o papel estratégico desses sujeitos na mediação de leitura e na curadoria do acervo, as formações visam fortalecer uma atuação comprometida com equidade, representatividade e combate ao racismo estrutural no ambiente escolar.

Os dados registrados no Sistema de Gestão Escolar (SGE) da Rede Municipal de Educação de Vila Velha evidenciam a urgente necessidade de políticas educacionais comprometidas com a valorização das identidades étnico-raciais. Segundo os registros mais recentes de matrícula, aproximadamente 83% dos 55.526 estudantes matriculados, desde a Educação Infantil até a EJA, autodeclaram-se pretos, pardos ou indígenas. Esse dado expressivo acende um alerta fundamental: a escola pública precisa estar preparada para reconhecer, acolher e afirmar as identidades desses sujeitos desde os primeiros anos de escolarização.

Tal realidade demanda um compromisso institucional contínuo com práticas pedagógicas que promovam o pertencimento, representatividade e valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena. A presença majoritária de estudantes pertencentes a grupos racializados na rede municipal reforça a centralidade da



literatura infantojuvenil como instrumento de construção identitária e enfrentamento ao racismo estrutural, especialmente no ambiente escolar, historicamente marcado por epistemicídios e exclusões simbólicas.

Nesse contexto, iniciativas voltadas à qualificação do acervo das bibliotecas escolares, à formação de professores e bibliotecários, e à adoção de currículos mais representativos tornam-se não apenas desejáveis, mas indispensáveis para uma educação antirracista, equitativa e socialmente referenciada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se nesta pesquisa que, historicamente a literatura infantojuvenil brasileira inicia-se tardiamente em relação a outros países, e tratando-se de representatividade negra, os conteúdos e personagens dos livros tinham como centro os protagonistas brancos, com ausência de personagens negros. No recorte histórico, quando os personagens negros foram inseridos nas histórias, suas funções nas narrativas não possuíam caracterização ou racionalidade, estavam apenas como figuras subjugadas, ligadas a cenas domésticas e ainda detinham características animalescas. Esse comportamento é reflexo do racismo estrutural da sociedade brasileira.

Diante disso, a literatura é uma ferramenta fundamental para combater os estereótipos relacionados à população negra, possibilitando a construção de identidade nas crianças e adolescentes. Em vista disso, autores atuais têm buscado construir narrativas com o protagonismo negro, e pesquisas têm se voltado para compreender o conteúdo e as representações preconceituosas da população negra (Araújo, 2010). Não obstante, os veículos utilizados para a aplicabilidade e emprego na literatura das BEs são as políticas públicas — que respaldam e comprovam o valor da literatura nos ambientes educacionais.

Compreende-se o importante papel da BE, enquanto um espaço de promoção de inclusão, equidade e diversidade. Seus acervos devem refletir a representatividade negra, fomentando práticas leitoras comprometidas com a equidade racial. No mapeamento da Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vila Velha-ES, foi localizado o quantitativo de 1.847 títulos, diante dos 27.760 títulos cadastrados. Embora em quantidade reduzida, considerando o tamanho do acervo, ainda assim oferecem contribuições significativas para a representatividade negra. É, portanto,

importante à investidora de estratégias que possibilitem a expansão e o fortalecimento dos acervos, integrando mais materiais dessa natureza.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMARILHA, M. Infância e literatura: traçando a história. **Educação em Questão**, Natal, v. 10/11, p. 126-137, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9497>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ARAÚJO, D. C. **Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil**. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10_araujo.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

CAMPELLO, B. S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 85-94, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CASTILHO, S. D. A representação do negro na literatura brasileira: novas perspectivas. **Revista Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 103-113, 2004. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1418>. Acesso em: 26 nov. 2025.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA JÚNIOR, H. Etíope: uma escrita africana. **Educação Gráfica**, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.educacaografica.inf.br/artigos/o-etiope-uma-escrita-africana>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DAVID, R. S. Literatura infanto-juvenil: discussões sobre o panorama histórico e gênero literário e suas características. **Cadernos Discursivos**, Catalão, v. 1, n. 1, p. 66-84, 2016. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/595/o/Ricardo.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.



DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-120, 2007. Disponível em: Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Acesso em: 26 nov. 2025.

FIGUEIREDO, L. A. **A criança negra na literatura brasileira**: uma leitura educativa. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/faed/mestradoeducacao/downloads/dissertacao-de-luciana-araujo-figueiredo>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVÊA, M. C. S. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-91, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a06v31n1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-36, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 26 nov. 2025.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da história**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2. ed. Haia: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102011&view=detalhes>. Acesso em: 12 abr. 2025.



JOVINO, I. S. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. *In*: SOUZA, F.; LIMA, M. N. (org.). **Literatura afro-brasileira**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

KLEIN, A. M. A. C. A importância da leitura para o desenvolvimento infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, ano 03, ed. 08, v. 11, ago. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/importancia-da-leitura>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira**: histórias e histórias. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LOBATO, M. **Histórias de Tia Nastácia**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 461-487, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/6sqK6cXTNSSdGNVCRxzHmML/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2025.

MUKHERJEE, A. K. **Filosofia da biblioteconomia**. Teresina: Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí, 1985.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Autêntica, 2019. E-book.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, R. S.; ZANONI, M. E. P. **Desenvolvimento de coleções**: uma análise da temática étnico-racial na Biblioteca Pública do Espírito Santo. 2025. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025. Orientadora: Ana Claudia Borges Campos. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1KOfoNoDU2pXCk51vjmcHjev3vwXnJLMW/view>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 11 jul. 2025.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

VILA VELHA (ES). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº 58, de 21 de dezembro de 2017. Cria a Coordenação de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e Indígenas, doravante CEAfri, para execução de trabalhos técnico-pedagógicos, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. **Diário Oficial do Município**, Vila Velha, ES, ed. nº 415, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/SEMED%20DOCS/Portaria%2058-2017%20-%20Criacao%20do%20CEAFRI.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Secretaria Municipal de Educação.

Sobre a Secretaria. Vila Velha, ES, 2025. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/secretaria/educacao/about>. Acesso em: 15 jul. 2025.

